

10<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA REALIZADA EM 30/03 /2021

PROCESSO TCE-PE N° 20100390-9

RELATOR: CONSELHEIRO RANILSON RAMOS MODALIDADE - TIPO: Prestação de Contas - Governo

EXERCÍCIO: 2019

UNIDADE JURISDICIONADA: Prefeitura Municipal de São Caetano

## **INTERESSADOS:**

Jadiel Cordeiro Braga FLAVIO BRUNO DE ALMEIDA SILVA (OAB 22465-PE) JAMERSON LUIGGI VILA NOVA MENDES (OAB 37796-PE)

ORGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO CARLOS NEVES

## PARECER PRÉVIO

DESCUMPRIMENTO DO LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL.ÚNICA IRREGULARIDADE DE NATUREZA GRAVE.RECOLHIMENTO INTEGRAL DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

1. É possível a emissão de parecer pela aprovação com ressalvas quando a extrapolação do limite de gastos com pessoal for a única irregularidade grave.

Decidiu, à unanimidade, a PRIMEIRA CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em sessão Ordinária realizada em 30/03/2021,

**CONSIDERANDO** que foram cumpridos todos os limites constitucionais e legais;

**CONSIDERANDO** que o município nao Regime Próprio de Previdência-RPPS e que houve recolhimento integral das contribuições ao Regime Geral de Previdência RGPS;

## Jadiel Cordeiro Braga:

**CONSIDERANDO** que integra a análise das contas prestadas anualmente a observância dos limites constitucionais e legais que lhe são impostos, os quais se encontram consolidados no Anexo Único deste voto;

**CONSIDERANDO** a jurisprudência desta Casa de que quando o descumprimento do limite da despesa com pessoal for a única irregularidade de maior gravidade é possível a provação das contas;

**CONSIDERANDO** que as demais irregularidades apontadas pela Auditoria não causaram dano ao Erário e não têm o gravidade para ensejar a rejeição das presentes contas;

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 70 e 71, inciso I, combinados com o artigo 75, bem como com os artigos 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e o artigo 86, § 1º, da Constituição de Pernambuco;

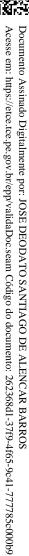
**EMITIR Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal de São Caetano a **aprovação com ressalvas** das contas do(a) Sr(a). Jadiel Cordeiro Braga, relativas ao exercício financeiro de 2019.

**DETERMINAR**, com base no disposto no artigo 69 combinado com o artigo 70, inciso V, ambos da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de São Caetano, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, no prazo indicado, se houver, a medida a seguir relacionada :

 Promover e indicar no RGF as medidas corretivas adotadas, ou a adotar pelo Poder Executivo, para sanar o descumprimento dos limites da Despesa Total com Pessoal de acordo com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**RECOMENDAR**, com base no disposto no artigo 69, parágrafo único da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de São Caetano, ou a quem o suceder, que atenda a medida a seguir relacionada:

- Aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos, a fim de que seja considerada a suficiência de saldos em cada conta para realização de despesas, evitando, assim, contrair obrigações sem lastro financeiro, de modo a preservar o equilíbrio financeiro e fiscal do município
- Enviar projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo com previsão de receita compatível com a real capacidade de arrecadação do Município no sentido de que as despesas se





pautem em receitas com razoável segurança de que serão realizadas.

Presentes durante o julgamento do processo:

CONSELHEIRO CARLOS NEVES, Presidente da Sessão: Acompanha

CONSELHEIRO RANILSON RAMOS, relator do processo

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL : Acompanha

Procuradora do Ministério Público de Contas: ELIANA MARIA LAPENDA DE MORAES GUERRA